



REPRODUÇÃO OU SUPERAÇÃO DO DISCURSO CLÍNICO-TERAPÊUTICO NA CLASSE INCLUSIVA?

Adriana Moreira de Souza Corrêa¹
Egle Katarinne Souza da Silva²
Alanna Gadelha Batista³

RESUMO

A Língua Brasileira de Sinais é o sistema de comunicação oriundo das relações interpessoais entre pessoas surdas. Desse modo, as obras literárias produzidas nas línguas visuais-gestuais carregam marcas de valorização da pessoa surda, da história de vida dos sinalizantes e, por vezes, denunciam situações de exclusão e violência vivenciadas pelos surdos. Elas apresentam e representam as experiências visuais desta minoria linguística, destacando o Ser Surdo e, portanto, se constituem como instrumentos de valorização da identidade surda e da Língua de Sinais. Essas obras convergem ainda no sentido de proporcionar o letramento literário do surdo na sua língua materna e, conseqüentemente, ressignificar o mundo a partir da visualidade, além de discutir as visões errôneas que a sociedade teceu a respeito desses indivíduos. Nesse sentido, o trabalho em tela se propõe, através de uma pesquisa básica, com dados oriundos da revisão bibliográfica e com abordagem qualitativa, discutir a relevância da Literatura em Libras para o letramento literário do sujeito surdo e a superação do discurso clínico-terapêutico da surdez. Como principais resultados apresentamos a possibilidade de inserção de obras produzidas na Língua Brasileira de Sinais nas aulas de Literatura; a compreensão das características da pessoa surda, bem como das barreiras sociais encontradas pelos surdos na sociedade majoritariamente ouvinte; a ampliação do uso da Língua de Sinais na escola regular e o resgate da memória, da construção da identidade e de valorização da autoestima do estudante surdo.

Palavras-chave: Discurso clínico-terapêutico. Literatura. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Pensar na educação de surdos implica em refletir sobre as condições de atendimento às especificidades de um grupo social que se utiliza de uma língua diferente da maioria ouvinte, ou seja, significa conceber estratégias para viabilizar o aprendizado dessa minoria linguística. Neste trabalho, compreendemos a pessoa surda conforme prevê o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2002), no art. 2º, enquanto usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como forma predominante de comunicação. A Libras, de acordo com o Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), é apresentada como uma língua que se utiliza da modalidade visual-gestual para a compreensão e produção de mensagens. Por sua vez, se configura na forma com que o surdo interage e intervém no mundo, determinando, assim, a construção da sua identidade e a constituição de uma cultura pautada na visualidade: a Cultura Surda.

¹ Professora de Libras do da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), adriana.korrea@gmail.com;

² Gestora da ECIT Cristiano Cartaxo, Mestra em Sistemas Agroindustriais pelo Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da UFCG, eglehna@gmail.com;

³ Licenciada em Pedagogia pela UFCG. Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia (FATEC), alannagadelha2014@gmail.com.



Nesse sentido, Strobel (2008) define cultura como a herança transmitida por determinado grupo social às gerações posteriores, contribuindo para ampliá-la ou modificá-la. Para a autora, é nesse meio que o ser humano pode interagir e, a partir dessas relações, desenvolver sua identidade. Nessa perspectiva, o surdo, para relacionar-se neste ambiente cultural, se apropria de práticas, conceitos e habilidades sociais, para se expressar e internalizar o mundo, significando-o por meio de uma língua acessível biologicamente: a Língua de Sinais.

Para viabilizar este processo de internalização da cultura, Strobel (2008) cita um dos artefatos da Cultura Surda, a Literatura, sendo esta apresentada em diferentes gêneros que refletem as experiências do povo surdo que vive em um mundo ouvinte. A pesquisadora destaca ainda que o conceito de povo surdo se refere aos surdos ligados pela percepção visual do mundo e este grupo se difere da comunidade surda, tendo em vista que esta última pode englobar ouvintes que se somam à luta dos surdos pela valorização da diversidade linguística e cultural.

Outrossim, a investigação objetiva discutir as contribuições da inserção da Literatura mediada pela Língua de Sinais em classes inclusivas com surdos como estratégia para a superação do discurso clínico-terapêutico da surdez. Desse modo, acreditamos que a Literatura surda e a Literatura em Libras, ambas constituídas pela composição do texto através da Língua de Sinais, podem colaborar para minimizar as barreiras comunicacionais e de acesso ao conteúdo, pelos surdos, na escola inclusiva.

METODOLOGIA

O trabalho se constitui, conforme Silveira e Córdova (2009) em uma pesquisa básica (sem aplicação prevista) com abordagem qualitativa (que se preocupa em compreender o fenômeno buscando alternativas para os problemas apresentados). Para tanto, destacamos as propostas educacionais para surdos e a sua relação com a constituição da identidade da pessoa surda; as implicações das visões clínico-terapêutica e sociocultural da surdez e as perspectivas de mudança, a partir da educação, mediadas pela utilização da Literatura surda e pela Literatura em Libras nas classes inclusivas com surdos.

A análise qualitativa apresentada foi fundamentada por meio de uma pesquisa bibliográfica com autores que versam sobre a temática central, sendo eles: Slomski (2010); Pereira et al. (2013); Alves-Mazzoti (2006); Strobel (2009); Porto e Peixoto (2011); Gava (2015); Pinheiro (2013) e Karnopp, Klein (2013); Lunardi-Lazzarin (2013); Gesser (2009); Cosson (2012); Silva, Feba e Souza (2016) e Machado (2018), na qual ao longo do escrito buscamos relacionar as contribuições desses autores diante da proposta pesquisada.



Para Cervo e Bervian (1983, p. 55) a pesquisa bibliográfica "explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos". Diante dessa afirmação, por meio da análise qualitativa buscamos compreender, explicar discutir a relevância da Literatura em Libras para o letramento literário do sujeito surdo e a superação discurso clínico-terapêutico da surdez.

EDUCAÇÃO DOS SURDOS: REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Historicamente, as concepções e discursos sobre a surdez e, conseqüentemente, de educação de surdos, não estavam pautadas no respeito à diversidade linguística e cultural do surdo (SLOMSKI, 2010) e, por essa razão, as práticas educacionais relacionavam-se a estas ideologias, ou seja, aos pressupostos sociais (aos sistemas de representação) nos quais as experiências e os conhecimentos foram gerados em determinadas sociedades (SANTOS, 2009).

Pereira et al. (2013) relatam práticas de extermínio de pessoas com deficiência na Grécia Antiga e Roma e afirmam que, somente no Egito os surdos eram considerados “[...] pessoas especialmente escolhidas. Seu comportamento peculiar conferiam-lhes um ar de misticismo” (PEREIRA et al., 2013, p. 5). Nas sociedades descritas, a ideologia que os surdos eram concebidos como diferentes levaram à exclusão do convívio social, seja pela rejeição gerada pela sua condição de ausência de desenvolvimento a fala ou ao ser iniciado em uma vida de reclusão para prestar serviços para os deuses.

Nos relatos bíblicos, há narrativas criadas em meio às ideologias que remetem à valorização da fala e à necessidade da cura para a surdez materializando-se no discurso escrito (SANTOS, 2009). A própria criação do mundo está relacionada à ideia da fala como instituidora e significadora desse mundo, dado que este processo de criação se associa às ordens (verbais) expressas por Deus, como na passagem bíblica: “Faça-se a luz. E a luz foi feita” (Gn 1: 3, BÍBLIA, 2003).

No Novo Testamento, a surdez continua associada à falta de audição, necessitando da intervenção divina para promover a sua cura. Isso pode ser confirmado em Marcos 7:32-36, em que há a descrição da cura de um surdo - com impedimento na fala - após Jesus tocar-lhe o ouvido e a língua. Esses e outros textos sacros contribuíram para que o surdo fosse marginalizado socialmente e, durante muitos séculos, não há registros de práticas educacionais e produções literárias relacionadas realizadas por este público (BÍBLIA, 2003).

A mudança desse discurso inicia-se no século XVI com a possibilidade de educação do surdo através do preceptorado (professores contratados pelos nobres a fim de viabilizar a



educação dos filhos surdos), no entanto, esta prática estava restrita aos homens que tivessem direito à herança, pois, com o desenvolvimento da fala, eles teriam os mesmos direitos dos demais (SLOMSKI, 2010). Neste contexto de sociedade machista e elitista, a educação permitiu uma pequena abertura para a inserção dos surdos no âmbito educacional, contudo, estava condicionada ao poder econômico e ao desejo das famílias abastadas assegurarem suas riquezas às pessoas com as quais tinham laços sanguíneos, ou seja, a manutenção e fortalecimento de uma classe social. Assim os preceptores ensinavam apenas as produções literárias escritas em línguas orais e que tratavam de problemáticas vivenciadas por ouvintes.

A criação de instituições educacionais voltadas para a promoção da educação de surdos iniciou-se no séc. XVIII, com as experiências desenvolvidas por Charles Michael de L'Épée (na França), por Thomas Braidwood (na Inglaterra) e por Samuel Heinicke (na Alemanha). Todavia, ao passo que o primeiro se alinhava à proposta gestualistas, que pressupunha o uso de sinais na educação dos surdos, os dois últimos eram adeptos do Oralismo, uma corrente filosófica que priorizava o desenvolvimento da fala no surdo (PEREIRA et al., 2013).

Esses educadores, ao contrário da prática do preceptorado, admitiam a educação coletiva, logo, promoveram o encontro entre os surdos que interagiram e tiveram a possibilidade de estabelecer laços com outros indivíduos que percebiam o mundo de forma visual. Entretanto, neste contexto, a organização pedagógica e o objetivo da educação atuaram de forma diferenciada: na França, como forma de intervenção e reorganização social e nos dois últimos países (Inglaterra e Alemanha) como espaço de manutenção do *status quo*.

O abade L'Épée, compreendeu as potencialidades da interação por meio da Língua de Sinais, aprendeu esta forma de comunicação e organizou os sinais aprendidos utilizando a estrutura gramatical do francês, dando a esse sistema de interação o nome de Sinais Metódicos. Para comprovar a eficácia do seu método, L'Épée realizou demonstrações públicas com seus alunos que, eram solicitados a compreender uma pergunta apresentada através dos sinais metódicos e a responder na modalidade escrita do francês (MOURA, 2000). A inserção desta língua no contexto escolar favoreceu a ressignificação dos conhecimentos prévios dos alunos que poderiam ser expressos por meio de sinais.

Na França, a criação do Instituto de Surdos-Mudos, uma escola pública, marcou a ampliação do acesso ao ensino aos surdos que não poderiam arcar com a educação dos preceptores. Além disso, valorizou a língua de sinais e da língua francesa escrita como mediadora no acesso ao conhecimento (MOURA, 2000). Pereira et al. (2013, p. 8) declaram que “[...] os surdos educados por L'Épée formaram-se e foram multiplicadores, fundando



escolas para surdos em todo o mundo, inclusive no Brasil” e destacam que esses surdos conquistaram cargos que, anteriormente foram ocupados somente por ouvintes. As histórias socializadas nestes espaços se reproduziam e eram ressignificadas, por meio dos sinais, nas instituições fundadas por estes surdos, demonstrando a importância da igualdade de oportunidades como promotora da acessibilidade ao conhecimento. Isso marcou a conquista da cidadania do surdo, em uma época na qual esses dois conceitos não tinham ampla repercussão na legislação e nas políticas educacionais, na ideologia e nos discursos dominantes.

Na Inglaterra, Braidwood admitia o uso da escrita e o alfabeto digital (representação das letras do alfabeto através de formas convencionadas assumidas pelas mãos) como suporte para ensinar a fala. Já o oralismo alemão de Heinicke diferia-se da vertente inglesa por não admitir qualquer interferência dos sinais no aprendizado da língua oral, reafirmando, assim, a primazia do oral sobre os sinais). Em ambas as situações, o aprendizado da fala articulada era o principal objetivo educacional a ser atingido (PEREIRA et al., 2013) e as histórias dos surdos tinham pouco espaço nestes ambientes.

Diante do exposto, a percepção da surdez e da educação de surdos (ideologias), em cada país, contribuiu para a definir como as práticas educacionais e o espaço social destinado esses educandos. Assim, à medida que os educadores franceses buscaram alternativas para a promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao conhecimento, na Inglaterra e na Alemanha, o surdo precisava se ajustar ao modelo social ouvinte, desconsiderando as vivências e a cultura nas atividades educacionais destinadas a esse grupo.

Por questões políticas, os dois últimos movimentos sobrepujaram o gestualismo iniciado por L’Epée, tornando o Oralismo a proposta dominante até a década de 1960, quando os primeiros estudos sobre a Língua de Sinais e a superioridade acadêmica dos surdos filhos de surdos (quando comparados aos surdos filhos de ouvintes) foram divulgados. Novamente, o aprendizado mediado pela língua adquirida naturalmente pelo surdo, o bilinguismo, apresentou-se superior às propostas que impunham a língua oral a este grupo (MOURA, 2000).

Para Pereira et al. (2013), o Bilinguismo corresponde ao ensino de duas línguas para os surdos, em momentos separados, tendo em vista que a significação do mundo proporcionada pela Língua de Sinais favorece o aprendizado tanto da língua oral do país quanto o acesso ao conhecimento por meio dela. Ele compreende a importância das duas línguas para o sujeito surdo e pressupõe o uso da modalidade escrita da língua oral, respeitando a diferença apresentada por esse educando na aquisição do conhecimento, logo, valorizava a Língua de Sinais e a Cultura Surda.



Atualmente, os documentos oficiais nos orientam para a Educação Inclusiva assegurando o ensino de todos os alunos, predominantemente, na escola regular. Para isso a instituição escolar precisa revisar as suas concepções e práticas, com o propósito de criar situações e atividades nas quais o discurso hegemônico que pressupõe a existência de um aluno ideal possa ser superado e dê lugar às abordagens educacionais que trabalhem na perspectiva de acolhimento da diversidade humana. Nesse sentido, o uso da Língua de Sinais em uma perspectiva bilíngue apresenta-se como uma forma de reconhecimento da Cultura Surda e da identidade do surdo, possibilitando o desenvolvimento da pessoa surda em diferentes aspectos: social, emocional, acadêmico entre outros (PEREIRA et al., 2013).

CONCEITO CLÍNICO OU SOCIAL DA SURDEZ

Conforme destacamos, os conceitos sobre a surdez interferem na organização das filosofias e das práticas educativas direcionadas à pessoa com surdez. Desse modo, Vani Slomski ressalta que:

O conceito *clínico* e o conceito *social* da surdez subsidiam as principais tendências filosóficas-políticas de educação para surdos dentro da área da surdez *filosóficas* porque compreendem o sentido e *políticas*, porque constituem um direcionamento para a ação. É crucial para os profissionais que atuam na área educacional, identificar qual é o conceito de surdez e de pessoa surda que respalda os modelos de atendimento, os currículos e os métodos escolhidos para educar pessoas surdas (SLOMSKI, 2010, p. 29, grifo da autora).

A estudiosa explica que, na concepção clínica, a surdez é vista como uma patologia, um defeito, implicando na necessidade de ser curada pela reabilitação da fala. Como citado anteriormente, o pressuposto clínico orientou propostas educacionais como o Oralismo e a Comunicação Total. Já a perspectiva social da surdez tem o intuito de “[...] deslocar a surdez e os surdos de uma visão normativa e patológica para uma perspectiva sociolinguística e cultural” (SLOMSKI, 2010, p. 39). A surdez é compreendida como integrante do surdo e refletindo-se na sua identidade e cultura. Neste modelo, o surdo é visto em uma perspectiva multidimensional e multicultural, pertencente a uma minoria linguística.

A concepção clínico-terapêutica gerou um modelo educacional denominado clínico-terapêutico da surdez, no qual vários mitos sobre o surdo, a surdez e a Língua de Sinais foram reforçados implicando que o surdo não desenvolvia habilidades que o possibilitasse a inserção social, tais como o limite cognitivo, a incapacidade de compreensão e de inserção no mercado



de trabalho. Já o modelo sociocultural da surdez respeita a diversidade em lugar de estimular práticas normativas.

Essa normatização é relatada por Alves-Mazzoti (2006) ao denunciar que, na atualidade, os professores adotam um modelo ideal de aluno, não correspondente ao estudante concreto que recebem na sala de aula. Contudo, apesar da autora referir-se aos educandos oriundos de família com baixa escolaridade, ao apresentar um público privado de práticas equânimes de ensino, as considerações enquadram-se também com o exposto por Slomski (2010) ao abordar o surdo. Essa situação se torna ainda mais singular quando consideramos as pessoas que se enquadram nas duas situações: apresentam deficiência e interagem com parentes com baixa escolaridade e/ou tempo que necessitam dos serviços de apoio especializados.

Diante disso, repensar os materiais e as estratégias que possibilitam o letramento literário, a compreensão da cultura e do seu papel no processo de intervenção social significa utilizar-se do bilinguismo como filosofia que permita ao surdo interagir e ressignificar o mundo à sua volta a partir da compreensão da experiência socializada pelos autores das obras que compõem a literatura visual. Partindo desta relação com o mundo, o surdo e os usuários ouvintes da Língua de Sinais criaram e adaptaram narrativas e outras expressões literárias que servem a dois objetivos: registrar a relação visual com o mundo e apropriar-se de obras comuns de amplo conhecimento na sociedade ouvinte (a qual o surdo está imerso).

LITERATURA EM LIBRAS: CULTURA SURDA NO CONTEXTO INCLUSIVO

A Literatura Surda é definida por Strobel (2009) como diferentes gêneros que traduzem a memória das vivências surdas de várias gerações, apresentando as dificuldades experienciadas e as vitórias conquistadas pelos surdos ante situações de opressão impostas pela sociedade. Ela exalta ainda a ação de líderes e militantes surdos, que se percebem como uma minoria linguística e, por isso, ressignificaram a surdez em uma perspectiva antropológico-cultural, valorizando, assim, a Libras, a identidade surda e Cultura Surda, utilizando-se de vários artefatos culturais, entre eles, a Literatura.

Convém destacar que Porto e Peixoto (2011) dividem as produções da Literatura Visual em três tipos: traduções (de textos produzidos, originalmente, em Língua Portuguesa e vertidos para a Libras); adaptações (histórias que apresentavam problemáticas relacionadas aos ouvintes e foram reescritas para receber personagens surdos tratando da problemática vivenciada por este grupo) e, por fim, a Literatura surda (textos construídos em prosa ou em verso pelos



surdos). As pesquisadoras discorrem que essas produções literárias, produzidas de maneira coletiva influenciam a “[...] organização de nossa visão sobre o mundo e estão alicerçadas em uma cultura que influencia a lógica da língua, significando e dando sentido ao modo como desenvolvemos nossas relações com o outro” (PORTO; PEIXOTO, 2011, p. 168).

De acordo com as autoras, essas produções receberam destaque inicialmente na França, por ocasião do desenvolvimento do gestualismo neste país. O uso da Libras (no referido período) permitiu que os surdos não só se comunicassem por meio dos sinais, como produzissem literatura, no entanto, com a proibição do uso deste método, em 1880, essas expressões da linguagem perderam espaços de divulgação.

Gava (2015) afirma que o advento das tecnologias de registro de imagens em movimento e o reconhecimento das Línguas de Sinais permitiram que esta manifestação confluísse na Literatura Surda Contemporânea. Com isso, o contato do surdo com essa manifestação da cultura e da linguagem, segundo a pesquisadora, ocorre em “[...] centros de convivência, escolas e junto à comunidade surda” (GAVA, 2015, p. 63) e contribuem para a ampliação do conhecimento da língua de sinais pelo surdo e para estimular sua capacidade reflexiva. Pinheiro (2013) e Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2013) apresentam ainda outro espaço de divulgação e consumo da Cultura Surda pela apropriação destes textos: *site* de compartilhamento de vídeos *YouTube.com*.

A capacidade de refletir a partir de um texto pressupõe outra habilidade que corresponde a de compreender questões que envolvem a produção e a circulação do texto literário que não se restringem à habilidade de ler, mas de compreender as práticas sociais mediadas pela escrita (SOARES, 2000). Nesse sentido, Cosson (2012) afirma que o texto literário nos permite entender tanto a necessidade de cumprir quanto de burlar as regras de organização das sentenças e textos que compõem a mensagem para a constituição do significado. Além disso, através da literatura, é possível internalizar os saberes acumulados pelo homem, mediante a sua interação com o mundo. O autor diz que, pela interação com esses textos “[...] encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos” (COSSON, 2012, p. 17).

Para Cosson (2012), no momento da interpretação - o letramento literário e a leitura literária se distinguem, contudo, a primeira é dependente da segunda, tendo em vista que o letramento literário que não se restringe a responder corretamente aos questionamentos contidos nas fichas de leitura, mas a habilidade de deleitar-se com a leitura e em ressignificar o texto, associando-o às suas vivências. Desse modo, o letramento literário do surdo o permite



compreender a sua identidade, apropriar-se das vivências de outras gerações de surdos, possibilitando-o construir a identidade surda e apropriar-se da cultura visual. Para tanto, a Literatura Surda, produzida por usuários da Libras, que é um dos artefatos da Cultura Surda (STROBEL, 2008) permitirão a internalização destes saberes sobre si e sobre o mundo.

Considerando o uso das demais produções que envolvem a Literatura Visual (as adaptações e as traduções que têm de amplo acervo (disponibilizado gratuitamente no *site* de compartilhamento de vídeos: *YouTube*) consideramos que podemos utilizar este material na escola regular para problematizar questões referentes aos mitos desenvolvidos pela sociedade sobre a surdez e reforçados diariamente, com o uso de práticas segregatórias, tais como aquelas descritas por Gesser (2009) que versam sobre a desvalorização da pessoa surda e da sua língua.

As referidas produções encontram-se nesse espaço digital somente em Libras ou associadas à Língua Portuguesa (na forma escrita, através de legendas ou em áudio gravado em Língua Portuguesa). No que se referem às traduções, estas podem ser utilizadas como recurso didático de acesso do surdo ao texto trabalhado. Além disso, essas adaptações servem como estratégia para que surdos e ouvintes repensem a mesma história em várias perspectivas, permitindo e incentivando a prática de releitura das obras. Esses materiais traduzidos podem ser acessados, gratuitamente, em diferentes espaços visuais e, entre eles, destacamos os vídeos do quadro Contação de Histórias disponíveis no canal da TV INES, no *Youtube*.

Silva, Feba e Souza (2016) mostram a importância da utilização do material bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) disponibilizado às escolas públicas brasileiras. Para a utilização do material, as autoras apresentam a necessidade de formação para o trabalho com o texto literário e planejamento da ação. Neste trabalho, as investigadoras sugerem três estratégias para o uso do material: utilização da literatura para o letramento literário, dissociando o recurso do ensino de outras disciplinas; o estímulo ao reconto e a releitura; e a associação do texto a outros, formados por diferentes semioses (como vídeos e imagens). Como contribuições para a formação do surdo, as pesquisadoras apontam a ampliação do repertório cultural do surdo, conhecimento maior da sua própria língua, compreensão e produção do texto literário, bem como o favorecimento de condições de acesso do aluno ao texto, desenvolvendo o senso crítico e internalizando o registro escrito em português.

Machado (2018), na sua tese de doutorado, publicou a primeira antologia da Língua Brasileira de Sinais, em *V-book* em Libras e em português escrito e disponibilizada no repositório da UFSC. A tese conta com a análise de 36 poesias em Libras e visa: “[...] analisar nos poemas selecionados, suas características, estilística, perfis, sentidos, conteúdos,

